



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10966 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

POLÍTICAS DITATORIAIS PARA O ENSINO SUPERIOR NAS PÁGINAS DA REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (1978-1982)

Sidney da Silva Lobato - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Jorge Lucas de Oliveira Dias - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

POLÍTICAS DITATORIAIS PARA O ENSINO SUPERIOR NAS PÁGINAS DA REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (1978-1982)

Introdução

Os números da revista *Encontros com a Civilização Brasileira* (ECB) foram publicados entre 1978 e 1982, um momento de surgimento de novos espaços de difusão do pensamento de esquerda no Brasil. Ela foi dirigida por Ênio Silveira (1925-1996), também proprietário da editora Civilização Brasileira. Em grande medida, a ECB é uma retomada do projeto editorial que ganhou forma na *Revista Civilização Brasileira* (RCB), e que durou de 1965 a 1968.

A RCB foi criada para ser um espaço de fermentação intelectual em prol da defesa da democracia e, por conseguinte, em oposição ao regime ditatorial. A produção da Civilização Brasileira se endereçava especialmente aos chamados problemas da atualidade brasileira. Para alcançar tais problemas, Ênio Silveira optou por não adotar a via longa, mediada pelo estudo passado – aquela dos ensaios sobre a formação nacional, tão valorizados por outros editores (VIEIRA, 1998, p. 141). Ele preferiu textos que abordassem de forma mais direta temáticas específicas e candentes do presente. Certamente, tal preferência se articulava com seu intento de intervir de maneira mais imediata no debate de então.

Enquanto a RCB enfrentara um processo de crescente endurecimento político do regime ditatorial, os números ECB se sucederam na esteira de uma lenta transição para a

democracia. O que a RCB e a ECB têm em comum é serem *loci* de reunião e vasão das ideias de um heterogêneo conjunto de escritores que, ao mesmo tempo, faziam críticas à Ditadura Militar e, em sua maioria, guardavam certa distância da ortodoxia do Partido Comunista Brasileiro (CZAJKA, 2010, 107).

Nos 29 volumes da *Encontros* foram publicados mais de 700 textos, entre editoriais, artigos, resenhas, poemas etc. O propósito deste estudo não é realizar uma análise ampla e exaustiva de tudo o que foi publicado na ECB. O foco aqui recai sobre como alguns dos seus autores abordaram as mudanças ocorridas nas condições de produção do conhecimento durante a Ditadura. Mais especificamente, nos interessa compreender o modo adotado por intelectuais de esquerda para analisar as políticas da Ditadura Militar para o ensino superior brasileiro. De partida, reconhecemos que esta análise privilegiou dois eixos temáticos: as perseguições a professores e estudantes identificados, pelos agentes do regime ditatorial, como ideologicamente alinhados ao comunismo; e as diretrizes da reforma universitária do final de 1968. No escrutínio desses eixos, adotamos os seguintes pressupostos teórico-metodológicos: 1) os processos de produção de significados (discursos) são sempre socialmente enraizados; 2) as práticas discursivas são intrinsecamente dialógicas. Por conseguinte, procuramos, de um lado, observar as relações entre textos e contextos e, de outro, reconhecer as intertextualidades (CARDOSO, 1988, p. 61-92; VOLÓCHINOV, 2018, p. 201-225).

Uma universidade amordaçada

Em meado da década de 1970, a editora Civilização Brasileira já havia se estabelecido como uma importante referência para os críticos da Ditadura. É o contexto em que o bloco no poder (POULANTZAS, 2019, p. 244-245) se propunha a realizar uma abertura do regime. Mas, de modo que o país fosse conduzido ao Estado democrático de direito sem que se cedesse espaço à maior participação política da oposição radical e dos movimentos sociais. No campo intelectual de esquerda, debatia-se os contornos que a democracia poderia assumir (MEDINA, 2011, p. 7). A *Encontros* é uma fonte que nos permite compreender uma parte desse debate, com seus autores, temas, questões, argumentos etc.

Um dos temas que ganharam destaque nas páginas da ECB foram os desafios que a universidade brasileira deveria enfrentar para ser um agente da redemocratização. O expurgo de professores e estudantes universitários, ocorrido entre 1964 e 1978, foi abordado por diversos autores. No primeiro número da revista, Octavio Ianni, em “O Estados e a organização da cultura”, argumentou que o poder estatal reprime as atividades intelectuais que não estavam sob seu controle a fim de assegurar para si “o monopólio da única interpretação que ele próprio considera válida para o conjunto da sociedade”. O sociólogo destaca que os governos, a partir de 1964, transformaram a “questão universitária” numa questão política. Para eles, afirma o autor, qualquer crítica que partisse das universidades poderia ameaçar a estabilidade política e, por isso, decidiram antecipadamente expurgá-las.

Cabe ressaltar que o professorado das universidades não era um conjunto ideologicamente homogêneo. Muitos docentes eram apegados aos valores conservadores. Aqueles mais alinhados com as ideias de esquerda foram vitimados pela Operação Limpeza, que se iniciou pouco tempo depois do Golpe. Em São Paulo, 13 professores foram levados à prisão. Em outros estados também ocorreram condenações sumárias, por vezes seguidas de encarceramentos e afastamentos do trabalho nos centros universitários (MOTTA, 2014, p. 29).

Vários dos professores que tinham escapado das exonerações e aposentadorias compulsórias em 1964 não puderam se livrar do mais amplo e duro expurgo inaugurado pelo Ato Institucional n. 5 (AI-5), editado em 13 de dezembro de 1968. É difícil saber o número exato de docentes que foram vítimas dessa nova “degola”. A Universidade de Brasília (UnB) vivenciou um dos quadros mais dramáticos, totalizando 79 cortes de professores entre dezembro de 1968 e abril de 1969. A metade dos afastados no país era composta por docentes de instituições de São Paulo e do Rio de Janeiro. Na primeira lista de desligamentos da Universidade de São Paulo (USP) apareceram apenas três nomes, dentre os quais o de Florestan Fernandes. A lista seguinte apresentava 24, sendo a maioria da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), que perdeu: Octavio Ianni, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, entre outros (MOTTA, 2014, p. 165-169).

No Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ – que então abrigava os cursos de História, Ciências Sociais e Filosofia da antiga FNFi-UB – diversos professores foram aposentados, dentre os quais destacamos o nome de Maria Yeda Linhares. Dez anos depois, essa historiadora – em discurso elaborado para uma cerimônia de formatura do curso de Ciências Sociais da UFRJ e publicado pela ECB (n. 9, 1979) – relatou que esteve afastada da universidade por causa da “ordem social de vingança e ódio”, que buscava calar e abafar a consciência no país por meio do medo. Linhares argumenta que nunca esta ordem se estabelecera de forma tão cristalizada e insofismável “como nesses tristes anos que se sucederam ao Ato Institucional nº 5”.

No número 14 da ECB (1979) foi publicado o artigo “Universidade e Política”, de Wilmar Barbosa. O professor da PUC do Rio de Janeiro destaca que o país presenciava “o afastamento compulsório de muitos brilhantes mestres e cientistas, o exílio de tantos outros e o desestímulo sistemático à produção teórica e à pesquisa científica em vários campos do saber imposto por uma burocracia estagnadora” e também caracteriza como “estritamente político” o motivo dessas punições, ressaltando que o pretense “pensamento totalitário” infiltrado nas universidades criava um fictício “democratismo autoritário”, contra o qual se deveria lutar em nome da liberdade. O texto de Wilmar Barbosa põe em evidência uma universidade policiada por dentro. O controle ia da vida associativa e política às pesquisas e eventos.

A reforma de 1968 sob fogo cruzado

Uma “reforma consentida”, foi assim que Florestan Fernandes qualificou o processo que desembocou na Lei 5.540/68. Este sociólogo foi um dos poucos intelectuais que puderam analisar criticamente tal reforma no momento em que ela nascia. Como destaca Luiz Antônio Cunha (2007, p. 286), em obra clássica sobre o tema, “a verdade é que não houve tempo para que outras análises críticas do *Relatório* [do Grupo de Trabalho para a Reforma das Universidades] e da lei 5.540 fossem feitas, já que a lei foi promulgada a 28 de novembro, 15 dias antes do ato institucional 5”. Mas, é importante lembrar que, ao longo do processo de transição à democracia, foi possível retomar o interrompido balanço crítico sobre o tema. Nas páginas da ECB, intelectuais de esquerda analisaram tal reforma, identificando nela aspectos positivos e negativos.

A necessidade de que a universidade brasileira fosse reformada era um consenso de diversos setores sociais. Entretanto, havia divergentes entendimentos a respeito do sentido das mudanças a serem engendradas. Para os intelectuais de esquerda, as instituições de ensino superior eram tradicionalmente um aparelho de reprodução das oligarquias dominantes, uma vez que se organizavam de forma excludente. Os modos como, ao longo da história, o ensino superior reproduziu as desigualdades sociais é o tema central do artigo “Universidade Brasileira: para quê e para quem?”, de Luiz Alberto Gomez de Souza. O autor ressalta que as primeiras universidades brasileiras surgem na década de 1930, atendendo ao interesse da nova burguesia urbana, e que a aceleração da industrialização estimulou a abertura de novas vagas, ensejando um lento ingresso de estudantes oriundos da classe média nos centros universitários. Porém, Luiz Alberto Gomez de Souza (1979, p. 189) pondera que:

A expansão se dá principalmente através de escolas privadas não gratuitas e frequentemente de má qualidade, onde se matriculam, em cursos que muitas vezes permitem um trabalho paralelo, estudantes de mais baixa renda. Por outro lado, criam-se ao mesmo tempo, alguns centros universitários de alto nível, que recebem das autoridades um tratamento preferencial. Surge assim uma estratificação de escolas com diferentes níveis de prestígio.

A expansão da oferta frustrava as expectativas da classe média seja porque ficava aquém da demanda, seja por reforçar o hiato entre os mencionados níveis de prestígio. Criado em 1968, o Grupo de Trabalho para a Reforma das Universidades (GTRU) teve que lidar com aspirações conflitantes. Mas, certamente não poderia deixar de propor ao governo que atendesse à demanda de mais vagas dos jovens de classe média que tomavam as ruas de dezenas de cidades em atos de protesto.

Outra mudança proposta pelo GTRU que iria ao encontro das expectativas do movimento estudantil e da esquerda foi a extinção do regime de cátedras. A reforma universitária consolidou uma reorganização da vida acadêmica, por meio de professores de carreira verticalizada – auxiliares e assistentes estando na base, enquanto no topo ficavam

adjuntos e titulares – reunidos em departamentos e institutos que deveriam promover ensino e pesquisa em dois níveis: graduação (agora dividida em ciclos básico e profissional) e pós-graduação (mestrado e doutorado). Se é certo que essa reforma foi capaz de surpreender positivamente o movimento estudantil e de arrancar alguns elogios de Florestan Fernandes, é igualmente correto afirmar que em diversos aspectos ela se chocava com as aspirações das forças políticas que faziam oposição ao regime ditatorial. Os estudantes que, em 1968 protestavam nas ruas e ocupavam os *campi*, retomavam a bandeira empunhada pela UNE antes de 1964 de uma universidade crítica e popular, igualmente rechaçando a orientação tecnicista e privatista adotada pelo GRTU (MOTTA, 2014, p. 97).

O caráter tecnicista da reforma universitária de 1968 já foi amplamente analisado pela bibliografia especializada. Esse tema apareceu em diversos textos publicados na ECB, às vezes de forma incidental, em poucas linhas, às vezes em análises de maior fôlego. No artigo “Autarquias especiais: autonomia ou dependência para as universidades?”, publicado no número 12 da ECB (1979), Joel Regueira Teodósio se propõe a abordar alguns dos aspectos da reforma universitária. Teodósio destaca, porém, que o GTRU trabalhou no sentido do atrofiamento das funções da universidade, ao privilegiar, na definição do papel das instituições de ensino superior, a formação de tecnólogos e de tecnologias para o parque industrial brasileiro. O autor destaca ainda que a reforma promovia, de um lado, uma “diminuição da responsabilidade do Estado pela educação” e, de outro, o imperativo da “criação de mecanismos de captação de recursos próprios pelas universidades, recursos esses que deverão ser buscados na iniciativa privada” (TEODÓSIO, 1979, p. 63-78).

De modo geral, nas páginas da *Encontros*, esse modelo privatizante de universidade era associado ao imperialismo estadunidense que tomou forma no campo educacional nos acordos estabelecidos entre a *United States Agency for International Development* (Usaid) e o Ministério da Educação e Cultura, mais conhecidos como acordos MEC-Usaid. Luiz Alberto Gomez de Souza, no seu já citado artigo, afirma que após o Golpe de 1964, o MEC solicitou ao professor estadunidense Rudolph Atcon uma proposta de reformulação da universidade brasileira. A proposta apresentada por Atcon se inscrevia claramente “na tendência modernizante de adaptação da Universidade ao sistema capitalista” e de “privatização do ensino, aos interesses dos setores hegemônicos nacionais e estrangeiros”, destaca Souza (1979, p. 185).

Em “O Estados e a organização da cultura”, Octavio Ianni também afirma que a reforma universitária de 1968 seguiu a linha aconselhada pelos técnicos norte-americanos e brasileiros, conforme ditavam os acordos MEC-Usaid. Para Ianni, a reforma abriu caminho à “burocratização, tecnificação e ‘despolitização’ do trabalho intelectual no sistema brasileiro de ensino”. As mudanças trazidas pela Lei 5.540 se combinavam com os expurgos de professores e estudantes indesejáveis, no sentido de “transformar a universidade numa agência de produção de técnicos, assessores, consultores, conselheiros, executivos ou simplesmente funcionários do capital” (IANNI, 1978, p. 223-224).

Palavras Finais

Intelectuais de esquerda usaram as páginas da revista *Encontros com a Civilização Brasileira* para pôr em evidência os modos como os agentes do governo ditatorial procuravam estorvar a produção de um conhecimento crítico sobre a realidade nacional. Conforme apontamos, os efeitos do AI-5, no final de 1968 e anos seguintes, elevaram o cerceamento da atividade intelectual de esquerda à enésima potência. Por isso, com poucas exceções, os opositoristas do regime ditatorial não puderam fazer um balanço crítico da reforma universitária no *day after* da promulgação da Lei 5.540/68. Mas, a tarefa de fazer tal balanço foi retomada quando se iniciou o processo de transição à democracia, no final dos anos 70 do último século. A *Encontros* revelou-se uma fonte fecunda ao estudo desta retomada. Os artigos por nós analisados apontam aspectos positivos e negativos dessa reforma e fortalecem argumentos já presentes na bibliografia recente, a saber: o GTRU incorporou tanto demandas de movimentos sociais quanto de grupos que compunham o bloco no poder; mas, esse Grupo adotara prioritariamente uma orientação tecnicista e privatista de reforma, sob forte influência do imperialismo estadunidense.

Nestas palavras finais, é importante pôr em relevo que os autores da ECB em geral entendiam que a universidade pública tinha um papel fundamental a desempenhar no processo de redemocratização do país. Mas, para tanto, ela mesma deveria ser primeiramente renovada, removendo-se de sua estrutura e funcionamento os mecanismos autoritários e tecnicistas implantados pelos ditadores. Antônio Candido, em entrevista publicada na ECB de número 27 (1980, p. 11), chamava os leitores à luta por “uma universidade democratizada, onde o poder de decisão nasce das bases, isto é, a totalidade dos docentes, funcionários e alunos, que são os grupos empenhados no processo de transmissão do conhecimento, de investigação e de administração dos interesses coletivos”.

Por fim, esse estudo reforça a tese de que, durante a Ditadura, jornalistas, dramaturgos, professores, poetas e outros formaram um “partido intelectual”: um ator coletivo portador de crenças comuns, com líderes e estratégias conjunturais (PÉCAUT, 1990, p. 260). O que escrevemos até aqui também nos permite inferir que a revista *Encontros com a Civilização Brasileira* atuou como um “partido”, no sentido amplo que o termo, por vezes, assume no pensamento gramsciano. Nas palavras de Antonio Gramsci (2011, p. 302), “um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também ‘partidos’, ‘frações de partido’ ou ‘funções de determinados partidos’”. Esses “partidos”, ainda segundo o autor, podem buscar o fortalecimento de uma dada hegemonia ou ir na direção contrária. No caso da ECB, ficou evidente que se tratava de um “partido” de oposição ao bloco no poder. Ficou igualmente bem demonstrado que a defesa da universidade pública era tema de grande importância na sua agenda de lutas políticas.

Palavras-chave: Universidade. Ditadura. Esquerdas. Encontros com a Civilização Brasileira

Referências

- BARBOSA, Wilmar do Valle. Universidade e política. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 14, 1979, p. 137-146.
- CANDIDO, Antônio. Universidade e Política [entrevista concedida a Moacir Cerqueira]. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 27, p. 11-22, 1980.
- CARDOSO. Ciro Flamarion. Semiótica, História e classe social. In: *idem*. **Ensaio racionalistas**. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- COUTO, Cristiano. “Encontros com a Civilização Brasileira” (1978-1982): resistência cultural e prenúncio de uma nostalgia. **Dimensões**, vol. 29, 2012. p. 351-372.
- CUNHA, Luiz Antonio. Vestibular: a volta do pêndulo. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 13, 1979, p. 195-208.
- CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade reformanda**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2007.
- CZAJKA, Rodrigo. A Revista Civilização Brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968). **Revista de Sociologia Política**, vol. 18, n. 35, 2010, p. 108-115.
- DEL ROIO, Marcos. Leandro Konder e um capítulo da história dos intelectuais. In: PINASSI, Maria Orlanda (org.). **Leandro Konder: a revanche da dialética**. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 127-142.
- FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- IANNI, Octávio. O Estado e a Organização da Cultura. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 1, 1978, p. 216-241.
- MEDINA, Manuela. Os intelectuais da Revista Encontros com a Civilização Brasileira e o processo de abertura política no Brasil: um olhar sobre o pensamento social brasileiro. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Anpuh, 2011, p. 1-11.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Unicamp, 2019.
- SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. **América: Cahiers du CRICCAL**, n. 9-10, 1992, p. 9-16.
- SOUZA, Luiz Alberto Gomez de. Universidade Brasileira: para quê e para quem? / Luiz

Alberto Gomez de Souza. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 13, 1979, p. 175-193.

SOUZA, Maria Inêz Salgado de. **Os empresários e a educação: o Ipês e a política educacional após 1964**. Petrópolis: Vozes, 1981.

TEODÓSIO, Joel Regueira. Autarquias Especiais: Autonomia ou Dependência para as Universidades? **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 12, 1979, p. 63-78.

VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira**. Brasília: Thesaurus, 1998.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2018.